



SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

PAA/2022 (14331946)

1. APRESENTAÇÃO.

O Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna para 2022 - PAA2022, **14331946**, aprovado por meio da Portaria Diref 245/2021, 14342989, foi elaborado a partir da metodologia indicada em sua parte textual e vem sendo executado, nos termos dos **ANEXOS I, II e III**, com algumas adaptações de período para melhor atender à dinâmica administrativa da Seccional e da unidade em particular.

No entanto, a revisão do estoque de recomendações para fins de cálculo do respectivo indicador no Reporte Anual de 2021 e a consulta demandada pela Secretaria Administrativa - SECAD nos autos do PA 0013284-85.2022.4.01.8004 mudaram o cenário inicial, tornando necessária a alteração do PAA2022 para incorporação das ações não previstas, conforme justificativas constantes no item 2 a seguir.

2. JUSTIFICATIVAS PARA A ALTERAÇÃO.

A elaboração do Reporte Anual de 2021, 15725360, exigiu do núcleo a revisão prévia do estoque de recomendações para fins de cálculo do respectivo indicador, oportunidade em que se constatou a existência de 05 (cinco) ações de auditoria pendentes de monitoramento omitidas por ocasião do planejamento anual para 2022.

Tais ações tratam das auditorias na terceirização de serviços, de que trata o PA 0010128-36.2015.4.01.8004, nas inclusões e exclusões de beneficiários do plano de autogestão de saúde, PA 0008206-52.2018.4.01.8004, nas adesões e nos respectivos repasses efetuados à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Judiciário - Funpresp-Jud, PA 0008438-64.2018.4.01.8004, nas contratações na modalidade de registro de preços, PA 0015943-38.2020.4.01.8004, e, ainda, da Auditoria de Contas de 2020, PA 0017930-12.2020.4.01.8004,.

Além disso, fez-se imperioso atender à demanda de consultoria expedida pela SECAD nos autos do PA 0013284-85.2022.4.01.8004, tendo como objetivo orientar a Administração no que tange à necessidade de gerenciar eventos de riscos associados à prejuízos na aplicação de recursos públicos em antecipação de pagamentos relacionados ao exercício de 2023, utilizando dotação orçamentária aprovada pela LOA2022.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que há necessidade de alteração do PAA2022 para inclusão do item 2 no **ANEXO I-C**, a fim de formalizar a consultoria demandada, utilizando-se parte dos HDF's inicialmente reservados, e dos itens 14 a 18, no **ANEXO III**, de modo a registrar as ações de monitoramento pendentes, aproveitando-se os HDFs anteriormente planejados.

3 - ENCAMINHAMENTO PARA APROVAÇÃO.

Neste sentido, submeto a presente **ALTERAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - PAA2022** à apreciação da Direção do Foro para aprovação e consequente publicação por meio de Portaria, o qual deverá ser dada ampla divulgação, inclusive no portal desta Seccional da internet.

Zacarias Vitorino de Oliveira Filho
Diretor do Núcleo de Auditoria Interna
NUAUD/SJBA

ANEXO I

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SEAUG

A - Modalidade: Auditoria							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivos	Riscos	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria de Contas referente ao exercício de 2021 - elaboração do Certificado da Unidade de Auditoria Interna que conclui a Auditoria de Contas de 2021.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal e gestão do patrimônio.	Assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro, bem como que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.	Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro. Demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em desacordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis.	35	Janeiro a março.
2	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações.	Avaliar a regularidade das contratações diretas	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	20	Abril a junho
3	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;	Auditoria nos contratos de serviços de TI,	Gestão de contratos	Avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento de contratos de serviços de TI;	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário.	20	Maio a junho
4	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Ação Coordenada de Auditoria CNJ.	Plataforma Digital do Poder Judiciário.	Avaliação das na PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário)	A definir.	30	A definir.

5	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações	Avaliar a gestão das contratações por licitação	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	30	Maio a julho
6	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações.	Avaliar a regularidade da concessão e da aplicação de recursos de adiantamento de suprimento de fundos.	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário.	20	Maio a julho
7	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria nas contratações de bens e serviços.	Gestão das contratações.	Avaliar a regularidade das contratações mediante adesão à Atas de Registro de Preços.	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	20	Agosto a setembro
8	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria em contratos de obras de engenharia.	Gestão de contratos	Avaliar a regularidade da liquidação das despesas com medições de obras de engenharia e a evolução do cronograma físico/financeiro.	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	30	Agosto a outubro
9	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria de Contas referente ao exercício de 2022 - planejamento e início da execução da Auditoria de Contas de 2022.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal, do patrimônio e de contratações.	Elaborar o planejamento da Auditoria de Contas de Contas de 2022, executar os testes devidos, comunicar eventuais distorções e desvios relevantes por meio de Relatório Preliminar para as devidas correções dentro do exercício.	Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro e desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis.	163	Agosto a dezembro
10	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria na gestão de contratos.	Gestão de contratos	Avaliar a regularidade dos aditamentos, dos apostilamentos, da liquidação e do pagamento de contratos de bens e de serviços;	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário.	50	Setembro a novembro
11	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria na gestão orçamentária e financeira.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial.	Avaliar a regularidade dos registros no rol de responsáveis	Indefinição sobre a responsabilidade pela prática de atos da UG.	5	Novembro a dezembro

B - Modalidade: Auditoria Contínua e Preventiva

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto

1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Auditoria Preventiva em processos licitatórios.	Gestão de licitações e contratos	Auditoria preventiva nas licitações, para avaliação da eficácia dos controles internos associados às atividades de definição de preços estimativos e de aceitação de proposta de preços.	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	20	Janeiro a dezembro
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria contínua no Portal da Transparência para avaliação do cumprimento da obrigação de prestar contas, nos termos do Inciso I, art. 9º, da IN TCU 84/2020.	Acessibilidade e gestão das informações	Verificar a conformidade das informações disponibilizadas no Portal da Transparência para avaliação do cumprimento da obrigação de prestar contas, nos termos do Inciso I, art. 9º, da IN TCU 84/2020.	Informações divergentes ou incompletas no portal da Seccional na internet.	15	Janeiro a dezembro

C - Modalidade: Consultoria/aconselhamento							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Prestação de apoio à gestão em consultas e aconselhamentos, nos limites do estatuto de auditoria interna.	-	Apoiar a gestão, nos limites do estatuto, de modo a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos.	Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; Fragilização do ambiente de controle devido à inobservância de medidas administrativas apropriadas; Atuação da auditoria interna em atividades que possam configurar cogestão, resultando em ausência de distinção entre as atividades de controle interno e de auditoria interna.	15	Janeiro a dezembro
2	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Consultoria do tipo Orientação em relação a assuntos ligados aos processos de governança, gestão de riscos e controles internos da organização.	Pagamento antecipados.	Orientar a Administração no que tange à necessidade de gerenciar eventos de riscos associados à prejuízos na aplicação de recursos públicos em antecipação de pagamentos relacionados ao exercício de 2023, utilizando dotação orçamentária aprovada pela LOA2022.	Prejuízos na aplicação de recursos públicos em antecipação de pagamentos relacionados ao exercício de 2023, utilizando dotação orçamentária aprovada pela LOA2022; Distorções nas demonstrações contábeis no nível da afirmação Corte decorrentes da inobservância do regime de competência das despesas; Inobservância continuada do princípio da anualidade orçamentária.	5	Setembro

D - Modalidade: Projeto

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.	-	Auxiliar na elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2021.	Inobservância da obrigação prevista na Resolução CNJ 309/2020.	5	Março e abril
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Implantação da Gestão de Riscos dos processos de trabalho do NUAUD.	-	Auxiliar na Implementação do gerenciamento de riscos no NUAUD.	Exposição a riscos não identificados formalmente e gerenciados.	5	Abril a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2023.	-	Auxiliar na elaboração Plano Anual de Auditoria - PAA 2023. Escolha inadequada das ações a serem realizadas.	Ações planejadas sem avaliação dos riscos associados aos processos de trabalho; Ações planejadas sem observar a materialidade dos objetos priorizados; Não envolvimento da gestão na priorização de ações relevantes para a Administração; Inobservância dos prazos de aprovação e publicação definidos na Resolução CNJ 309/2020.	2	Agosto a outubro.

E - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Acompanhamento dos indícios de irregularidades em certames licitatórios publicados.	Gestão de licitações e contratos	Acompanhar e examinar os indícios de irregularidades contidos nos avisos do ALICE e solicitar providências junto à Direção	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	7	Janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional.	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade.	15	Janeiro a dezembro

F - Modalidade: Capacitação

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação.	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	<p>Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes;</p> <p>Ações que não agregam valor à Administração.</p> <p>Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.</p>	50	Janeiro a dezembro

ANEXO 11

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL – SEAUP.

A - Modalidade: Auditoria							
Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivos	Riscos	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria de Contas referente ao exercício de 2021.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal e gestão do patrimônio.	Concluir os procedimentos adicionais de auditoria relacionados ao ciclo das despesas com pessoal, planejados na Auditoria de Contas de 2021, comunicar, por meio do Relatório Longo, eventuais desvios de conformidade relevantes não corrigidos, subsidiando o Certificado de Auditoria.	Desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis.	20	Janeiro e fevereiro
2	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Auditoria nas folhas de pagamento de pessoal.	Gestão de pessoas	Avaliação da regularidade da liquidação das folhas de pagamento de pessoal ativo, celetista, inativo e pensionista, a partir dos processos de trabalho prioritizados neste planejamento (quatro folhas mensais, a definir).	Liquidação e pagamento indevidos de créditos e débitos.	240	Janeiro a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Auditoria na folha de pagamento de estagiários.	Programa de estágio	Avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento da bolsa estágio.	Liquidação e pagamento indevidos.	50	Mai e junho

4	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria de Contas referente ao exercício de 2022.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal, do patrimônio e de contratações.	Elaborar o planejamento da Auditoria de Contas de 2022, relacionado às transações subjacentes do ciclo das despesas com pessoal, executar os respectivos procedimentos adicionais, comunicar eventuais desvios de conformidade relevantes por meio de Relatório Preliminar para as devidas correções dentro do exercício.	Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro e desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis.	30	Agosto a dezembro
5	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Auditoria na gestão do Pró-Social	Gestão do plano de autogestão em saúde.	Avaliar a regularidade dos gastos com o Pró-Social e os níveis de sinistralidade em relação à receita própria.	Liquidação indevida de despesas; Beneficiário da assistência médica e odontológica não cadastrado no plano; Serviço prestado por credenciado com termo de credenciamento vencido.	100	Setembro
6	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Auditoria na folha de pagamento da gratificação natalina/2022.	Gestão de pessoas	Avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento da folha de pagamento da gratificação natalina/2022.	Liquidação e pagamento indevidos relacionados à gratificação natalina e ao desconto do adiantamento.	60	Dezembro/2022 e janeiro/2023.

B - Modalidade: Consultoria/aconselhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Prestação de apoio à gestão em consultas e aconselhamentos, nos limites do estatuto de auditoria interna.	-	Apoiar a gestão, nos limites do estatuto, de modo a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos.	Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; Fragilização do ambiente de controle devido à inobservância de medidas administrativas apropriadas; Atuação da auditoria interna em atividades que possam configurar cogestão, resultando em ausência de distinção entre as atividades de controle interno e de auditoria interna.	15	Janeiro a dezembro

C - Modalidade: Projeto

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.	-	Auxiliar na elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2021.	Inobservância da obrigação prevista na Resolução CNJ 309/2020.	5	Março e abril

2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Implantação da Gestão de Riscos dos processos de trabalho do NUAUD.	-	Auxiliar na Implementação do gerenciamento de riscos no NUAUD.	Exposição a riscos não identificados e gerenciados.	5	Abril a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2023.	-	Auxiliar na elaboração Plano Anual de Auditoria - PAA 2023. Escolha inadequada das ações a serem realizadas.	Ações planejadas sem avaliação dos riscos associados aos processos de trabalho; Ações planejadas sem observar a materialidade dos objetos priorizados; Não envolvimento da gestão na priorização de ações relevantes para a Administração; Inobservância dos prazos de aprovação e publicação definidos na Resolução CNJ 309/2020.	2	Agosto a outubro.

D - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira.	Acompanhamento dos indícios de irregularidades em folha de pagamento do módulo e-Pessoal.	Gestão de pessoas.	Acompanhar, examinar e diligenciar os indícios de irregularidades em folha de pagamento disponibilizados pelo TCU no módulo Indícios, do sistema e-Pessoal;	Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional.	30	Janeiro a dezembro.
2	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Acompanhamento dos atos de admissão, requisição, cessão, aposentadorias, pensões e concessão de benefício especial.	Gestão de pessoas.	Acompanhar e verificar a regularidade dos atos de admissão, requisição, cessão, aposentadorias e pensões e de concessão de benefício especial.	Atos em desacordo com as normas vigentes; Dano financeiro ao erário; Dano à imagem / reputação da Seccional; Divergência de valor do benefício especial; Não comprovação dos requisitos habilitação.	32	Janeiro a dezembro
3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional.	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade.	15	Janeiro a dezembro

E - Modalidade: Capacitação

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação.	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	<p>Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes;</p> <p>Ações que não agregam valor à Administração.</p> <p>Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.</p>	35	Janeiro a dezembro

ANEXO III

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DE AUDITORIA - SERPAM

A - Modalidade: Monitoramento							
Item	Objetivos do Plano Estratégico 2015-2020	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento da folha de pagamento de pessoal de dezembro/2019.	Gestão de pessoas	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003799-32.2020.4.01.8004.	Liquidação e pagamento indevidos de créditos e débitos; Fragilidades decorrentes de controles não implementados.	3	Janeiro e fevereiro
2	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar o projeto relacionado ao exame periódico	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0005325-34.2020.4.01.8004.	<p>- Controles inadequados para garantir o alcance dos objetivos do programa EPS – Exames Periódicos de Saúde;</p> <p>- Não identificação tempestiva de riscos ocupacionais identificados a partir das ações do EPS.</p>	3	Janeiro e fevereiro
3	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal. - Otimizar custos operacionais.	Monitoramento da ação para avaliar os gastos com diárias.	Indenizações e benefícios	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0011545-48.2020.4.01.8004.	- Inobservância das normas de concessão e pagamento de diárias.	3	Março e abril

4	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade dos pagamentos de honorários da Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJPC.	Honorários a advogados dativos e peritos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0000265-51.2018.4.01.8004.	- Ausência de reembolso dos encargos patronais suportados pela JFBA na razão de 20% pelos não beneficiário da Justiça Gratuita.	3	Março e abril
5	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade das folhas de pagamento.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas relacionadas à criação e aperfeiçoamento de sistemas informatizados, expedidas nos relatórios das auditorias de que tratam os PAs 0008982-52.2018.4.01.8004, 0015520-49.2018.4.01.8004, 0001438-76.2019.4.01.8004, 0006313-89.2019.4.01.8004.	- Liquidação e pagamento indevidos de créditos e débitos; - Fragilidades decorrentes da realização de tarefas manuais.	3	Maio e junho
6	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a gestão dos bens do almoxarifado	Gestão de almoxarifado	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003650-70.2019.4.01.8004.	- Perda de validade de material estocado; - Intempestividade dos registros contábeis de materiais retirados para consumo; - Concentração de requisições de materiais em períodos específicos de cada ano sem justificativas.	3	Maio e junho
7	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar os atos de admissão, aposentadoria e pensões.	Gestão de Pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0013221-65.2019.4.01.8004.	- Atos em desacordo com a legislação vigente.	3	Julho e agosto
8	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade das folhas de pagamento do mês de outubro/19.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0014626-39.2019.4.01.8004.	- Inobservância da ordem sequencial da progressão funcional.	3	Julho e agosto
9	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento das ações para avaliar a regularidade dos procedimentos licitatórios	Gestão de contratos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0001138-80.2020.4.01.8004.	- Sobrepreço relacionado ao item material na planilha de custos.	5	Julho e agosto
10	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento das folhas de pessoal de março de 2020.	Gestão de pessoas	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0005941-09.2020.4.01.8004.	- Ausência de atualização cadastral.	3	Setembro e outubro
11	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento das folhas de pagamento de pessoal de junho de 2020.	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0016599-92.2020.4.01.8004.	- Ausência de atualização cadastral.	3	Setembro e outubro

12	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a os controles internos voltados aos registros dos imóveis em sistemas de TI.	Gestão de imóveis.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0019849-36.2020.4.01.8004.	- Desatualização de dados em sistema cadastral de imóveis.	3	Novembro e dezembro
13	Otimizar custos operacionais	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da liquidação e do pagamento de despesas contratuais.	Gestão da frota de veículos.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0003040-68.2020.4.01.8004.	- Ausência de cotação de preços para a execução de serviços;; - Quantidade inferior a três cotações na realização dos serviços; - Concentração de serviços de manutenção veicular em determinadas oficinas; - Ausência de curso de capacitação específica para o executor do contrato.	3	Novembro e dezembro
14	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade da terceirização na SECAL.	Terceirização de serviços.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0010128-36.2015.4.01.8004	- Terceirização indevida de atividades;		
15	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal.	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade das inclusões e exclusões de beneficiários do plano de autogestão de saúde.	Gestão do Pró-Social	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0008206-52.2018.4.01.8004	- Liquidação indevida de despesas; - Beneficiário da assistência médica e odontológica não cadastrado no plano; - Serviço prestado por credenciado com termo de credenciamento vencido		
16	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade das adesões e dos respectivos repasses efetuados à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Poder Judiciário -Funpresp-Jud	Gestão de pessoas.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0008438-64.2018.4.01.8004	- Atos em desacordo com a legislação vigente.		
17	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Monitoramento da ação para avaliar a regularidade das contratações na modalidade de Registro de Preços.	Gestão das contratações	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de que trata o PA 0015943-38.2020.4.01.8004	- Realização de procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas vigentes; - Dano financeiro ao erário; - Dano à imagem / reputação da Seccional.		

18	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Monitoramento da auditoria de contas de 2020.	Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, gestão de pessoal e gestão do patrimônio.	Monitorar as recomendações acatadas, expedidas no relatório da auditoria de contas de 2020 de que trata o PA 0017930-12.2020.4.01.8004	- Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro; e - Desvio de conformidade relevante nas transações subjacentes às demonstrações contábeis.		
----	--	---	--	--	---	--	--

B - Modalidade: Consultoria/aconselhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Prestação de apoio à gestão em consultas e aconselhamentos, nos limites do estatuto de auditoria interna.	-	Apoiar a gestão, nos limites do estatuto, de modo a adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos.	Utilização antieconômica de controles internos mal desenhados; Fragilização do ambiente de controle devido à inobservância de medidas administrativas apropriadas; Atuação da auditoria interna em atividades que possam configurar cogestão, resultando em ausência de distinção entre as atividades de controle interno e de auditoria interna.	2	Janeiro a dezembro

C - Modalidade: Projeto

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.	-	Auxiliar na elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna 2021.	Inobservância da obrigação prevista na Resolução CNJ 309/2020.	5	Março e abril
2	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Implantação da Gestão de Riscos dos processos de trabalho do NUAUD.	-	Auxiliar na Implementação do gerenciamento de riscos no NUAUD.	Exposição a riscos não identificados e gerenciados.	5	Abril a dezembro

3	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Elaboração do Plano Anual de Auditoria - PAA 2023.	-	Auxiliar na elaboração Plano Anual de Auditoria - PAA 2023. Escolha inadequada das ações a serem realizadas.	Ações planejadas sem avaliação dos riscos associados aos processos de trabalho; Ações planejadas sem observar a materialidade dos objetos prioritizados; Não envolvimento da gestão na priorização de ações relevantes para a Administração; Inobservância dos prazos de aprovação e publicação definidos na Resolução CNJ 309/2020.	2	Agosto a outubro.
---	--	---	---	---	--	---	-------------------

D - Modalidade: Acompanhamento

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Acompanhamento, verificação e análise das decisões, acórdãos e orientações, bem como dos levantamentos do TCU, do CJF e do CNJ, para fins de aplicação e cumprimento pela Seccional.	-	Acompanhar, registrar e divulgar decisões, acórdãos, orientações e resultados dos levantamentos de governança do TCU, bem como avaliar a aplicação e o cumprimento pela Seccional.	Contas dos gestores do Tribunal julgadas irregulares ou com ressalvas pelo TCU; Gestão de recursos públicos de forma ineficiente, ineficaz ou sem efetividade.	10	Janeiro a dezembro

E - Modalidade: Capacitação

Item	Macrodesafios da Justiça Federal - Plano Estratégico 2021-2026	Ações	Processos Auditáveis	Objetivo	Risco	Homens Dia Fiscalização - HDF	Período Proposto
1	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Participação de servidores que atuam nas auditorias em ações de capacitação.	-	Desenvolver as competências necessárias para desempenhar as atividades de avaliação e consultoria, considerando a exigência de no mínimo 40h anuais de capacitação para cada auditor, nos termos do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020	Não detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis e/ou desvios relevantes nas atividades subjacentes; Ações que não agregam valor à Administração. Inobservância da determinação constante no art. 72 da Resolução CNJ 309/2020.	10	Janeiro a dezembro



Documento assinado eletronicamente por **Zacarias Vitorino de Oliveira Filho**, **Diretor(a) de Núcleo**, em 07/12/2022, às 12:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16705571** e o código CRC **34B117C8**.

Av. Ulysses Guimarães, 2799 - Centro Administrativo da Bahia - Bairro Sussuarana - CEP 41213-000 - Salvador - BA - www.trf1.jus.br/sjba/
0025295-83.2021.4.01.8004

16705571v26